

A LINGUAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL: IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E NOS PROCESSOS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

LANGUAGE AS A SOCIAL PRACTICE: IMPLICATIONS FOR IDENTITY CONSTRUCTION AND INCLUSION PROCESSES IN THE EDUCATIONAL CONTEXT

DOI:10.47677/gluks.v26i02.597

Recebido: 21/04/2026

Aprovado: 08/06/2026

GONÇALVES, Marciana Ap. Hilário Pena¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre linguagem, identidade e inclusão no contexto educacional, compreendendo a linguagem como prática social que influencia a construção identitária e os processos de inclusão e/ou exclusão no ambiente escolar. A pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, a partir de uma abordagem interdisciplinar, fundamentada em autores da sociolinguística, como William Labov (2008) e Marcos Bagno (2007); dos estudos discursivos, Mikhail Bakhtin (2000), Michel Foucault (1996) e Norman Fairclough (2001); e das teorias críticas da educação, Paulo Freire (1996) e Pierre Bourdieu (1998), articulando diferentes perspectivas teóricas para a compreensão da temática em estudo. Analisa-se como o uso da linguagem pode tanto reforçar desigualdades quanto promover reconhecimento e pertencimento, uma vez que a valorização da norma-padrão pode contribuir para a marginalização de sujeitos, enquanto práticas pedagógicas inclusivas favorecem o reconhecimento da diversidade linguística e cultural. O estudo organiza-se em três eixos: linguagem como prática social, construção da identidade e processos de inclusão. Conclui-se que a linguagem não apenas reflete identidades, mas também as produz, sendo fundamental nos processos de pertencimento social. Ademais, a promoção da inclusão depende do reconhecimento e a valorização das diferentes formas de expressão linguística, sendo fundamental a adoção de práticas pedagógicas dialógicas e críticas voltadas à valorização da multiculturalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem, Identidade, Inclusão, Educação, Práticas discursivas.

¹ Mestre em administração pública pela Universidade Federal de Viçosa. Membro do Grupo Internacional Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP) e do Grupo de Pesquisa/CNPq em Espaços Deliberativos e Governança Pública. e-mail: marcinhapena@ufv.br

1. Introdução

A linguagem constitui um dos principais elementos de organização da vida social. Mais do que um instrumento de comunicação, trata-se de um mecanismo de produção de sentidos, responsável pela mediação das relações humanas, pela construção de significados e pela formação das identidades. É por meio dela que os indivíduos interagem, compartilham experiências, organizam ações e constroem conhecimentos no contexto em que estão inseridos. Bakhtin (2000) e Fairclough (2001) discutem que a linguagem, nessa perspectiva, deve ser compreendida como prática social, historicamente situada e atravessada por relações de poder.

No âmbito educacional, essa centralidade torna-se ainda mais evidente, uma vez que a escola se configura como um espaço privilegiado de circulação de discursos e de legitimação de saberes. Nesse contexto, a linguagem assume papel fundamental não apenas na transmissão de conteúdos, mas também na construção de identidades e nas dinâmicas de inclusão e exclusão. Sob a ótica da teoria crítica da educação, autores como Freire (1996) destacam que a educação não é neutra, estando diretamente relacionada à reprodução ou à transformação das estruturas sociais.

No campo dos estudos do discurso, Foucault (1996) contribui para a compreensão de que os discursos não apenas refletem a realidade, mas também a produzem, sendo instrumentos de controle e poder. Dessa forma, práticas discursivas no contexto escolar podem tanto promover a inclusão quanto reforçar processos de exclusão, dependendo das formas como os sujeitos e suas identidades são representados.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender como a linguagem se articula à construção da identidade e aos processos de inclusão no contexto educacional. Assim, formula-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira as práticas linguísticas no ambiente escolar influenciam a construção da identidade dos estudantes e os processos de inclusão e/ou exclusão?

Parte-se da hipótese de que a valorização exclusiva da norma-padrão pode contribuir para a exclusão de sujeitos pertencentes a diferentes grupos socioculturais. Em contrapartida, práticas pedagógicas que reconhecem e valorizam a diversidade linguística tendem a

favorecer a construção de identidades positivas e o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes.

Nesse contexto, define-se como objetivo geral analisar a relação entre linguagem, identidade e inclusão no âmbito educacional, buscando compreender de que modo as práticas linguísticas influenciam os processos identitários e as dinâmicas de inclusão escolar.

Para o desenvolvimento deste estudo, adotou-se a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, fundamentada na análise de produções teóricas relevantes sobre o tema. Tal abordagem possibilita a compreensão crítica das relações entre linguagem, identidade e educação, contribuindo para a reflexão sobre práticas pedagógicas mais inclusivas.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender a linguagem como um fator determinante na construção de uma educação mais justa e inclusiva. Em uma sociedade marcada por desigualdades sociais e culturais, a escola pode tanto atuar como espaço de reprodução dessas desigualdades quanto como agente de transformação. Assim, discutir a relação entre linguagem, identidade e inclusão torna-se essencial para a promoção de práticas educacionais que valorizem a diversidade e favoreçam a participação de todos os sujeitos no contexto escolar.

Quanto à organização, a sustentação teórica deste estudo organiza-se em três eixos principais: linguagem como prática social, fundamentado em Koch (1987, 2015), Bakhtin (2000) e Labov (2008); identidade como construção discursiva e social, com base em Hall (2020), Bauman (2005) e Orlandi (2006); e Linguagem, identidade e inclusão no contexto educacional, ancorado nas contribuições de Bourdieu (1998), Fairclough (2001) e Freire (1996).

2. Linguagem como prática social

2.1 Concepções de linguagem

A linguagem apresenta-se como um campo complexo e multifacetado, passível de investigação a partir de diferentes perspectivas. Isso se deve ao fato de que a linguagem se configura, simultaneamente, como um fenômeno individual e social, envolvendo ainda dimensões físicas, fisiológicas, psicológicas e psíquicas. O conceito de língua que ela

investiga é heterogêneo, podendo ser entendido tanto como um sistema estruturado quanto como uma construção histórica, marcada pelo contexto social e pela atuação de sujeitos situados no tempo (Lunardi, 2005).

Por sua natureza constitutiva e multifacetada, a linguagem ocupa um papel central na constituição da vida social e da identidade, uma vez que é por meio dela que os sujeitos constroem sentidos, expressam experiências e estabelecem relações sociais. Trata-se, portanto, de um elemento estruturante da experiência humana, que não apenas reflete a realidade, mas participa ativamente de sua construção.

Assim, a linguagem atravessa todas as esferas da vida social, tanto no âmbito privado quanto no público, configurando-se não apenas como uma simples ferramenta de comunicação, mas como condição constitutiva da existência social. Nesse entendimento, a linguagem é compreendida como atividade essencial à constituição do sujeito, ultrapassando a ideia de instrumento neutro (Koch, 2015).

A partir dessa perspectiva, ao discutir as concepções de linguagem, Koch (2015) distingue três abordagens principais: (i) a linguagem como representação do pensamento, na qual o sujeito reflete a realidade por meio da língua; (ii) a linguagem como instrumento de comunicação, entendida como código de transmissão entre emissor e receptor; e (iii) a linguagem como forma de interação, na qual o uso linguístico é concebido como prática social orientada por finalidades.

Esta última abordagem, adotada neste estudo, compreende a linguagem como prática social situada, orientada por propósitos e construída na relação entre sujeitos, funcionando como um espaço de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a realização dos mais diversos tipos de manifestações.

A dimensão social da linguagem também pode ser observada em sua relação com a cultura e a percepção do mundo. As formas linguísticas disponíveis em cada sociedade influenciam modos de interpretar a realidade, evidenciando que linguagem e pensamento estão intrinsecamente articulados. Desse modo, a diversidade linguística reflete as múltiplas formas de vida social, revelando pertencimentos culturais, regionais e simbólicos.

Na concepção da sociolinguística, a língua é compreendida como um sistema heterogêneo, marcado por variação social, histórica e cultural. Labov (2008) demonstra que a

variação linguística é sistemática e relacionada a fatores como classe social, gênero, idade e contexto de uso, o que rompe com a ideia de uma língua homogênea.

Em consonância com essa compreensão da língua como variável e socialmente situada, Marcuschi (1975) afirma que os usos individuais da linguagem, isto é, a forma de falar de cada sujeito, o insere na estrutura social, contribuindo para definir seu *status* e construir sua identidade. Dessa forma, a língua atua como elemento importante na formação da identidade e na caracterização das posições sociais dos indivíduos.

Sob essa ótica, as escolhas linguísticas dos sujeitos funcionam como marcadores identitários e estratégias de inserção social. Essa dinâmica adquire contornos ainda mais profundos quando associada à perspectiva de Koch (1987), ao postular que a linguagem é essencialmente argumentativa, de modo que o ato de interagir constitui uma ação direcionada a influenciar o interlocutor, revelar intenções e marcar posições ideológicas no tecido social. Desse modo, o discurso nunca é neutro; ele carrega a pretensão de legitimar saberes e visões de mundo.

No âmbito da hierarquização social dessas variedades, Bagno (2007) critica a noção de erro linguístico, demonstrando que a desvalorização de determinadas formas de uso da língua está diretamente relacionada a preconceitos de natureza social. Diante disso, depreende-se que a valorização da diversidade linguística torna-se fundamental para o reconhecimento das identidades plurais e para o enfrentamento de práticas excludentes no contexto social e educacional.

2.2 Linguagem e construção da identidade

A linguagem ocupa um papel central na vida social, não apenas como instrumento de comunicação, mas como meio fundamental de construção de significados e identidades. Nesse sentido, sua função ultrapassa a transmissão de informações, configurando-se como prática social por meio da qual os sujeitos se posicionam, produzem sentidos e estabelecem relações no mundo. Nessa perspectiva, identidade e linguagem são dimensões indissociáveis, articuladas nos processos de interação social.

Segundo Koch (2015), a linguagem enquanto prática social viabiliza o desenvolvimento de diversas habilidades, como negociação, argumentação, discussão, aprendizagem e memorização, entre outras. Dessa forma, a escolha da língua e o uso da

linguagem constituem elementos fundamentais na construção da identidade. A autora destaca ainda que a linguagem não é apenas uma prática exercida pelos seres humanos, nem se trata de uma escolha, mas sim de uma condição essencial. Assim, a vida se realiza por meio da linguagem, sendo indispensável tanto para a existência quanto para a convivência em sociedade.

A relação entre linguagem e identidade tem sido amplamente discutida em diferentes campos do conhecimento, como a linguística, a sociologia e os estudos culturais. De acordo com Hall (2020) a identidade não é fixa nem essencial, mas um processo em constante construção, formado e transformado a partir das representações e dos sistemas culturais nos quais os sujeitos estão inseridos.

Essa perspectiva evidencia o papel da linguagem como mediadora das representações, uma vez que é por meio dela que os indivíduos são interpelados e se reconhecem socialmente, ao mesmo tempo em que desloca a compreensão de identidade como algo estável para entendê-la como resultado de processos históricos, sociais e simbólicos.

Nessa mesma direção, para Bakhtin (2000) a linguagem é essencialmente dialógica. Todo enunciado se constrói na interação com outros, o que implica reconhecer que o indivíduo se constitui na relação com o outro. Assim, ao falar, o sujeito não apenas transmite informações, mas também se posiciona socialmente, revelando traços de sua identidade cultural e histórica.

De modo complementar, Benveniste (2008) afirma que é na e pela linguagem que o indivíduo se constitui como sujeito, uma vez que a enunciação implica necessariamente a inscrição do eu no discurso. Dessa forma, a linguagem não apenas expressa a identidade, mas participa ativamente de sua construção evidenciando seu caráter constitutivo.

A partir dessa concepção interacionista, a linguagem passa a ser compreendida como espaço de constituição da identidade, no qual o agente não apenas utiliza a língua, mas se constitui nela e por meio dela. Sob esse prisma, a identidade deixa de ser vista como algo pré-determinado para ser entendida como um produto contínuo das relações sociais e discursivas. Por conseguinte, essa dinâmica revela que a linguagem constitui um fenômeno ideológico, carregado de valores, crenças e disputas sociais, o que implica reconhecer que toda produção linguística está situada em contextos históricos específicos, participando da legitimação de determinadas identidades em detrimento de outras (Bakhtin, 2000). Assim, a

linguagem configura-se como elemento central na construção das identidades e nas dinâmicas de inclusão e exclusão social, especialmente no contexto educacional.

2.3 Identidade e processos de construção social

Nas perspectivas críticas pós-modernas, a identidade é compreendida como uma construção discursiva, dinâmica e em constante transformação, que convoca os sujeitos a se situarem histórica e institucionalmente em contextos específicos. Nesse sentido, as identidades são concebidas como produtos da diferença, constituídas na relação com os outros e configuradas por distintas formas de poder (Hall, 2020).

Essa abordagem é ampliada por Bauman (2005) ao destacar a fluidez das identidades na modernidade contemporânea, marcada por instabilidade e constantes transformações. Nessa mesma linha de análise, o autor aprofunda a compreensão do fenômeno ao evidenciar suas diferentes dimensões. De acordo com o teórico, a identidade pode ser dividida em duas dimensões: social e pessoal. A dimensão social diz respeito aos elementos construídos e preservados por meio do compartilhamento coletivo, como tradições, patrimônio, língua, estética, normas e costumes.

Sob esse prisma, a constituição identitária está diretamente relacionada à alteridade, isto é, à relação com o outro. Ou seja, o sujeito se constrói a partir do reconhecimento. Como afirma Lunardi (2005), a identidade social se define pelo conjunto das características dos grupos sociais enquanto tais, isto é, os traços que os identificam e os diferenciam de outros grupos.

No que se refere à dimensão pessoal, a identidade individual diz respeito a uma junção de valores morais, a um objetivo ou modo de viver, os quais são marcados pela efemeridade. Em relação à natureza efêmera da identidade, Bauman (2005) destaca que para a maioria dos sujeitos inseridos na modernidade líquida, atitudes como preservar a coesão, aderir a normas, orientar-se por precedentes e sustentar a continuidade tendem a perder atratividade, sobretudo diante da valorização de oportunidades voláteis, imediatas e de curta duração. Sob essa ótica, essa volatilidade imposta pelos tempos líquidos transforma a busca por pertencimento em um desafio contínuo, visto que os referenciais identitários tradicionais se dissolvem rapidamente. Consequentemente, o sujeito contemporâneo é impelido a negociar sua identidade de forma constante e fragmentada, operando em um cenário onde os laços sociais se tornam tão

flexíveis quanto instáveis, o que rebate diretamente nas formas como esses indivíduos se expressam e se posicionam linguisticamente nas instituições sociais.

Nesse cenário de instabilidade e valorização do efêmero, a identidade individual passa a se reorganizar de forma mais flexível e fragmentada. Assim, a identidade individual configura-se como um subconjunto das identidades de grupos mais amplos e, em razão de sua fluidez — frequentemente condicionada pela lógica do consumo —, tende a assumir posições instáveis e, por vezes, restritas nessas estruturas sociais (Bauman, 2005).

Nessa conjuntura de reconfiguração e hierarquização das identidades, Lunardi (2005) descreve que a identidade é marcada a partir da diferença em relação a outros, e como essa diferença não é neutra, ela se sustenta na exclusão. Isto é, a diferença não apenas distingue, mas também cria hierarquias sociais baseadas na exclusão de quem ou daquilo que é considerado diferente.

Em consonância com essa perspectiva de construção relacional da identidade, Silva (2005), corrobora com esse entendimento ao afirmar que o processo de construção da identidade envolve dois movimentos; de um lado, aqueles que buscam fixá-la e estabilizá-la; de outro, os que a questionam e a tornam instável. Semelhantemente, esse dinamismo ocorre com os mecanismos discursivos e linguísticos que sustentam a formação da identidade.

Ampliando essa compreensão do caráter dinâmico e instável da identidade, ela deve ser compreendida como um processo mutável, relacional e plural, construído nas interações sociais e constantemente negociado ao longo da vida. Conforme argumenta Hall (2020), os sujeitos participam simultaneamente de múltiplas identidades — de gênero, classe, cultura, linguagem, entre outras — que se articulam e se transformam em diferentes contextos.

Nessa mesma perspectiva, Orlandi (2006) defende que ao compreender a identidade como um movimento na história, ela deixa de ser vista como algo fixo e passa a ser entendida como um processo dinâmico, em constante transformação. Logo, não há identidades definitivas e imutáveis.

Nesse processo, a linguagem atua como espaço privilegiado de afirmação, reconhecimento e também de disputa simbólica. A partir desse enfoque, é possível perceber que tais disputas simbólicas se inserem em um campo mais amplo de relações de poder, no qual a formação da identidade configura-se como um espaço de conflitos que ultrapassa as

dinâmicas de inclusão e exclusão, envolvendo também os sentidos atribuídos às posições ocupadas pelos sujeitos na estrutura social.

Nessa conjuntura, as transformações culturais intensificadas pela globalização também exercem impacto direto sobre os processos identitários, uma vez que, em um cenário global marcado por intensos encontros interculturais, a identidade humana se apresenta como complexa, diversa e continuamente tensionada pelas práticas comunicativas. Hall (2020) corrobora essa perspectiva ao argumentar que a globalização intensifica os processos de hibridização cultural, impactando diretamente as identidades e suas formas de expressão linguística. Nesse ambiente, a linguagem constitui-se como um espaço de disputa simbólica, no qual as identidades são continuamente negociadas, afirmadas ou contestadas.

É nesse espaço de disputas simbólicas e negociações identitárias que, conforme afirma, Brunner (1997), referenciado por Rufino e Senna (2021), os indivíduos se confrontam na busca por poder simbólico, com o objetivo de alcançar visibilidade ou afirmar suas próprias perspectivas de mundo perante a sociedade.

Partindo dessa perspectiva mais ampla das dinâmicas socioculturais contemporâneas, o contexto escolar configura-se como um espaço privilegiado de materialização desses processos, uma vez que a linguagem desempenha papel central na construção das identidades dos estudantes, mediando relações sociais, a produção de conhecimento e as formas de reconhecimento.

2.4. Linguagem, identidade e inclusão no contexto educacional

No contexto educacional, as relações entre linguagem, identidade e inclusão tornam-se particularmente evidentes. Como destaca Fairclough (2001), o discurso contribui para a constituição das identidades sociais, das relações sociais e dos sistemas de conhecimento, o que evidencia seu impacto direto na experiência educativa.

A partir dessa compreensão, é possível aprofundar a análise do campo educacional, no qual essa articulação entre linguagem e identidade se mostra ainda mais relevante. Nas últimas décadas, o debate sobre inclusão tem evidenciado o papel ambíguo da escola, que pode tanto promover práticas inclusivas quanto reforçar processos de exclusão, especialmente por meio da imposição de normas linguísticas rígidas.

Historicamente, determinados grupos sociais foram marginalizados não apenas por condições econômicas ou políticas, mas também por práticas discursivas que invisibilizam ou estigmatizam suas identidades. No campo da Sociolinguística, os estudos de Labov (2008) que evidenciam a natureza sistemática da variação linguística, apresentam que essa diversidade é inerente às línguas e reflete aspectos sociais e culturais dos falantes, sendo, portanto, legítima.

Destarte, compreende-se que, no contexto escolar, a não valorização dessas variações pode contribuir para processos de exclusão, visto que a instituição escolar, ao valorizar predominantemente a norma-padrão como modelo legítimo, pode contribuir para a desvalorização de outras variedades linguísticas. Retomando Bagno (2007), o preconceito linguístico, já compreendido como manifestação de desigualdades sociais, manifesta-se no contexto escolar por meio da desvalorização de variedades linguísticas não padrão, nas quais determinadas formas de expressão são legitimadas em detrimento de outras, o que atua diretamente na marginalização de grupos historicamente desfavorecidos.

Com base nesse entendimento, Bourdieu (1998) complementa essa discussão ao afirmar que a língua pode funcionar como capital simbólico, reforçando desigualdades sociais por meio da valorização de determinadas formas de fala. Sob essa perspectiva, o domínio da variedade linguística prestigiada passa a ser visto não apenas como uma habilidade cognitiva, mas como um recurso de poder que confere distinção e privilégios aos seus falantes. Consequentemente, aqueles que dominam apenas as variedades estigmatizadas sofrem uma espécie de violência simbólica no espaço escolar, onde seus saberes são invisibilizados e deslegitimados pelo sistema dominante.

No que tange à identidade, Orlandi (2006) afirma que, se por um lado ela nos assegura certa unidade nos processos de construção identitária, por outro, serve como base para preconceitos e mecanismos de exclusão. No contexto educacional, essa lógica, alimentada por esse desequilíbrio de capital simbólico, se materializa nas práticas escolares que, ao privilegiar a norma-padrão como modelo legítimo de linguagem, contribuem para a marginalização de outras formas de expressão, como variedades linguísticas populares, regionais ou periféricas, cujas práticas linguísticas não correspondem ao padrão escolar dominante contribuindo para a reprodução de desigualdades.

Diante disso, compreende-se que a linguagem pode assumir um papel duplo, contraditório no espaço escolar, funcionando tanto como instrumento de inclusão quanto de exclusão. Nesse contexto, estudantes que não dominam a variedade linguística valorizada podem ter sua participação limitada, o que impacta sua autoestima, seu desempenho e sua construção identitária.

Ampliando essa discussão, Orlandi (2006) atesta que a unidade linguística e a diversidade não se opõem, mas se complementam, uma vez que é a existência de uma base comum da língua que possibilita ao sujeito deslocar-se entre diferentes posições sociais, assumindo múltiplos papéis, como aluno, amigo ou profissional, de acordo com os contextos de interação. Nesse sentido, o sujeito adapta suas formas de falar e agir às diferentes situações sociais. A autora sintetiza essa compreensão ao afirmar que,

(...) é preciso que haja unidade na língua, para que as diferenças se organizem significativamente: falamos a mesma língua (o português brasileiro) mas falamos diferente e isto nos garante singularidade. É preciso que haja uma unidade no sujeito, para que no movimento de sua identidade, ele se desloque nas distintas posições (Orlandi, 2006. p. 204).

A partir desse posicionamento, depreende-se que a unidade linguística não suprime a diversidade, mas a organiza e a torna significativa, revelando que as diferenças linguísticas são constitutivas dos sujeitos e de sua inserção social.

Sob essa perspectiva, a crítica ao preconceito linguístico, desenvolvida por Bagno (2007), evidencia que todas as variedades linguísticas possuem sistematicidade e legitimidade própria, defendendo que não existem erros na língua, mas diferentes formas de uso. Essa perspectiva questiona a visão normativa que predomina em muitos contextos educacionais. Ao considerar a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e crítica no ensino, a perspectiva de Freire (1996) reforça a importância de uma educação dialógica, que reconheça os saberes dos estudantes e promova sua participação ativa na construção do conhecimento.

A partir dessas contribuições, torna-se fundamental compreender que a linguagem constitui um fenômeno heterogêneo, dinâmico e marcado pela diversidade, em contraste com a perspectiva homogeneizadora ainda predominante em muitos contextos escolares. Sob essa lógica, a linguagem deve ser entendida como expressão da alteridade, isto é, como espaço de

encontro com o outro, no qual a diferença é constitutiva e não exceção. Assim como em outros aspectos da vida social, não há homogeneidade na linguagem, mas múltiplas formas legítimas de expressão.

Diante disso, cabe à Linguística — especialmente no âmbito educacional — contribuir para a formação de sujeitos críticos, promovendo uma educação voltada à cidadania e à democracia, entendida como um sistema fundamentado no reconhecimento e no respeito às diferenças (Lunardi, 2005). Autores como Booth e Ainscow (2011) defendem a construção de sistemas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade, promovendo a participação de todos os estudantes.

A partir dessa perspectiva inclusiva, ampliam-se as implicações pedagógicas desse entendimento, uma vez que práticas pedagógicas inclusivas — como a valorização das variedades linguísticas, o respeito às identidades culturais e o uso de linguagem acessível — são fundamentais para a construção de um ambiente educacional mais democrático. Nesse horizonte, como destaca Rajagopalan (2004), intervir na linguagem é também intervir nas relações sociais, o que evidencia seu potencial transformador.

Em consonância com essa visão, Vygotsky (1998) ressalta o papel da interação social e da linguagem no desenvolvimento humano, destacando que os processos de aprendizagem estão diretamente relacionados às mediações culturais e sociais. Sob essa ótica, compreende-se que promover a inclusão no contexto educacional implica não apenas garantir acesso à educação, mas assegurar condições efetivas de participação, reconhecimento e valorização das identidades dos estudantes.

A partir desse panorama, torna-se evidente que as práticas discursivas no ambiente escolar podem tanto reforçar estereótipos quanto promover reconhecimento e inclusão, de modo que a linguagem não se restringe à transmissão de conteúdos, mas constitui um elemento central na organização das relações pedagógicas e na produção de subjetividades. Por fim, compreendê-la como prática social exige reconhecê-la como um fenômeno historicamente situado, atravessado por valores, ideologias e disputas de poder. A partir dessa perspectiva, a relação entre linguagem e identidade revela-se profundamente dinâmica, uma vez que ambas são continuamente produzidas e transformadas nas interações sociais.

3. Metodologia

Este estudo insere-se no campo das pesquisas qualitativas, de caráter exploratório-interpretativo, por buscar compreender de forma aprofundada fenômenos sociais relacionados à linguagem, identidade e inclusão no contexto educacional. Parte-se da compreensão de que tais fenômenos são historicamente construídos e mediados por práticas discursivas, não sendo plenamente apreensíveis por métodos quantitativos.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de livros, artigos científicos e obras teóricas do campo da linguagem da educação e das ciências sociais. Conforme Gil (2008), esse tipo de pesquisa permite não apenas a sistematização do conhecimento existente, mas também a construção de interpretações críticas a partir do diálogo entre diferentes referenciais teóricos.

A investigação adota a perspectiva crítica de Fairclough para a leitura dos teóricos, ancorada na concepção de linguagem como prática social, compreendendo-a como espaço de produção de sentidos atravessado por relações de poder e ideologia Fairclough (2001). O arcabouço teórico-metodológico é composto por autores como Bakhtin (2000), Foucault (1996), Hall (2020), Freire (1996), Labov (2008) e Bagno (2007), selecionados por sua relevância para o tema e contribuição à discussão sobre linguagem, identidade e educação.

A análise foi realizada por meio de leitura interpretativa e crítica das obras, orientada pelos princípios da análise crítica do discurso, buscando identificar categorias como linguagem como prática social, construção da identidade, visando evidenciar como as práticas linguísticas influenciam os processos de construção identitária e as dinâmicas de inclusão e exclusão no contexto escolar. Por fim, ressalta-se que, por se tratar de pesquisa bibliográfica, não foram utilizados dados empíricos, o que se justifica pelo objetivo de aprofundamento teórico do fenômeno investigado. Nesse sentido, essa opção metodológica contribui para a reflexão crítica e para a fundamentação de futuras investigações empíricas.

4. Discussão dos resultados

O estudo das obras selecionadas permitiu estabelecer três eixos estruturantes: a linguagem como prática social, construção social da identidade e linguagem, identidade e inclusão no contexto educacional, possibilitando compreender que as relações entre

linguagem, identidade e inclusão não se organizam como dimensões isoladas, mas como um campo atravessado por disputas simbólicas e relações de poder, revelando uma articulação complexa em que a linguagem não apenas media interações sociais, mas também participa ativamente da produção de subjetividades e desigualdades.

Nessa perspectiva, compreender a linguagem como prática social implica reconhecer, conforme Bakhtin (2000), Fairclough (2001) e Koch (2015), que, ao se constituir na interação, a linguagem participa também da construção de identidades que não são neutras nem fixas, mas produzidas em situações concretas de interação. No entanto, mais do que destacar o caráter interacional da linguagem, a análise da literatura indica que essas interações são atravessadas por assimetrias sociais que influenciam diretamente quem pode falar, como pode falar e quais formas de fala são legitimadas.

Esse aspecto torna-se ainda mais evidente quando se observa a construção da identidade. As contribuições de Hall (2020), Bauman (2005) e Orlandi (2006) indicam que a identidade é um processo fluido, relacional e historicamente situado. Contudo, a análise crítica permite avançar dessa constatação para a compreensão de que essa fluidez não ocorre em condições iguais para todos os sujeitos. Pelo contrário, as possibilidades de deslocamento identitário estão condicionadas por relações de poder que regulam quais identidades são reconhecidas, valorizadas ou marginalizadas.

Nesse sentido, a linguagem assume papel central, pois é por meio dela que tais processos de reconhecimento e exclusão se materializam. Como apontam Marcuschi (1975) e Labov (2008), a variação linguística não é um desvio, mas uma característica constitutiva das línguas. Entretanto, no contexto social e especialmente escolar, essa variação é frequentemente hierarquizada, o que transforma diferenças linguísticas em desigualdades simbólicas. Assim, o que é linguisticamente legítimo pode ser socialmente desvalorizado, produzindo efeitos diretos sobre a construção das identidades dos sujeitos.

A esse cenário soma-se a contribuição de Bourdieu (1998), ao evidenciar que a linguagem funciona como capital simbólico, ou seja, um recurso que produz distinção social. Nesse caso, o domínio da norma-padrão não se apresenta apenas como competência linguística, mas como um marcador de poder e de acesso a determinadas posições sociais. Dessa forma, o ambiente escolar, ao privilegiar determinadas variedades linguísticas, tende a reproduzir essas hierarquias, ainda que de forma muitas vezes não intencional.

No campo educacional, essa dinâmica se torna mais sensível. As evidências teóricas apontam que a escola ocupa uma posição ambivalente, podendo atuar tanto na reprodução quanto na transformação das desigualdades sociais. Quando pautada por uma concepção normativa e homogênea de linguagem, tende a reforçar processos de exclusão simbólica. Por outro lado, quando reconhece a diversidade linguística como constitutiva dos sujeitos, abre possibilidades para práticas mais inclusivas e emancipadoras.

Nesse ponto, as contribuições de Freire (1996) e Vygotsky (1998) são fundamentais para ampliar a discussão, pois deslocam o foco da transmissão de normas para a centralidade da interação, do diálogo e da mediação social no processo educativo. No entanto, uma leitura crítica dessas perspectivas permite afirmar que sua efetivação depende de condições institucionais e políticas que nem sempre estão presentes no cotidiano escolar, o que limita a transformação efetiva das práticas pedagógicas.

Além disso, autores como Bagno (2007) e Rajagopalan (2004) reforçam que a desvalorização de variedades linguísticas não pode ser entendida apenas como uma questão técnica ou pedagógica, mas como expressão de uma ideologia linguística que sustenta desigualdades sociais mais amplas. Nesse sentido, intervir na linguagem implica necessariamente intervir nas relações de poder que estruturam a sociedade, evidenciando que a linguagem não apenas constrói laços sociais, mas também reproduz hierarquias já existentes.

À luz dessa discussão, a atuação docente assume papel central, uma vez que as práticas discursivas do professor não apenas transmitem conteúdos, mas também modelam formas de participação e reconhecimento. Ao adotar uma postura dialógica, que legitime diferentes formas de expressão e promova a reflexão crítica sobre a linguagem, o profissional contribui para a construção de um ambiente educacional mais equitativo. Assim, a prática pedagógica deixa de ser apenas transmissiva e passa a atuar como espaço de mediação entre diferentes experiências socioculturais.

Dessa forma, evidencia-se a constante necessidade de refletir sobre a conduta discursiva do professor, de modo que o processo de ensino-aprendizagem se configure como um instrumento para ampliar o conhecimento de mundo do aluno, valorizando e resgatando suas referências socioculturais por meio de uma relação dialética. Portanto, faz-se necessário

que o docente esteja em constante atualização, valorizando as práticas interativas em sala de aula de modo a promover no estudante uma formação crítica, reflexiva e cidadã.

Diante disso, torna-se possível afirmar que a relação entre linguagem, identidade e inclusão não se limita a um campo teórico, mas possui implicações diretas nas práticas educacionais. A análise do referencial selecionado revela que a linguagem, longe de ser um instrumento neutro, constitui um espaço de disputa simbólica no qual identidades são continuamente produzidas, negociadas e hierarquizadas. No contexto escolar, reconhecer essa dinâmica é fundamental para compreender que as práticas discursivas podem tanto reforçar desigualdades quanto promover inclusão. Tal processo depende diretamente das concepções de linguagem que orientam as ações dos sujeitos envolvidos, uma vez que a escola opera simultaneamente como espaço de socialização, normatização e produção de subjetividades. Compreender essa complexidade torna-se, portanto, indispensável para repensar práticas pedagógicas que não apenas reconheçam a diversidade linguística, mas que também questionem criticamente as estruturas que produzem exclusão.

5. Conclusão

Este estudo teve como objetivo geral analisar a relação entre linguagem, identidade e inclusão no âmbito educacional, buscando compreender de que modo as práticas linguísticas influenciam os processos identitários e as dinâmicas de inclusão escolar. A partir da revisão teórica realizada, foi possível concluir que essa relação é intrinsecamente articulada e indissociável, revelando que as escolhas discursivas no ambiente escolar operam como mecanismos de validação ou de marginalização das subjetividades dos estudantes.

A análise da literatura mostra que a linguagem constitui um elemento central na construção das identidades sociais, atuando como mediadora das interações humanas e das formas de pertencimento. Nesse sentido, a identidade não deve ser compreendida como algo fixo ou essencial, mas como um processo dinâmico, relacional e continuamente reconstruído nas práticas discursivas, o que reforça a centralidade do fenômeno linguístico na constituição dos sujeitos.

No contexto educacional, verificou-se que as práticas linguísticas desempenham papel decisivo nas dinâmicas de inserção e exclusão. A valorização exclusiva da norma-padrão

tende a produzir exclusões simbólicas, ao passo que o reconhecimento da diversidade linguística contribui para a valorização das identidades dos estudantes, uma vez que a construção de ambientes escolares mais democráticos passa, necessariamente, pela acolhida da pluralidade cultural. Destarte, o estudo evidencia que a escola pode se configurar tanto como um espaço de reprodução de desigualdades quanto como um agente de transformação social, a depender de como são conduzidas as práticas discursivas e pedagógicas.

Depreende-se, portanto, que a promoção da inclusão escolar não se limita ao acesso formal à educação, mas envolve a garantia de participação, reconhecimento e valorização das diferentes formas de expressão. Nesse cenário, a adoção de uma perspectiva crítica e dialógica da linguagem mostra-se fundamental para a transformação das rotinas pedagógicas.

Por fim, destaca-se que compreender a linguagem como prática social implica reconhecer seu caráter histórico, ideológico e político, bem como seu papel na produção de subjetividades e na organização das relações de poder. Assim, a articulação entre linguagem, identidade e inclusão revela-se essencial para a construção de uma educação mais justa, plural e socialmente comprometida, especialmente em contextos marcados pelas desigualdades sociais. Essa indissociabilidade materializa-se na necessidade de desconstruir o preconceito linguístico institucionalizado, transformando a acolhida da diversidade idiomática em política prática de permanência estudantil. Almeja-se, por conseguinte, que estudos futuros possam investigar empiricamente essas relações em cenários específicos, ampliando a compreensão teórica e aplicada que foi sistematizada neste trabalho.

6. Referências

- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2007.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BENVENISTE, É. *Da subjetividade na linguagem*. In: Problemas de Linguística Geral I. 4. ed. Campinas: Pontes, 2008. [1. ed.: 1958].
- BOOTH, T. AINSWORTH, M. *Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas*. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. 2ª. ed. São Paulo. Cortez. 1987
- KOCH, I. G. V. *A interação pela linguagem*. 11ª. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LUNARDI, M. L; KRAEMER, G.M. *Língua, cultura e identidade*. 1ª. ed. - Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria, 2005. 64 p.: il ; 30 cm
- MARCUSCHI, L. A. *Linguagem e Classes Sociais: Introdução crítica à Teoria dos Códigos Lingüísticos de Basil Bernstein*. Porto Alegre: Movimento, 1975.
- ORLANDI, E. P. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, I. (Org) *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado/* Inês Signorini (Org.) - Campinas, SP: Mercado de Letras 1998. 4ª reimpressão - 2006
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. 1ª. ed. São Paulo: Parábola, 2004.
- RUFINO, A. M. S.; SENNA, L. A. G. (2021). Identidade, linguagem e escola. *Educação Em Revista*, 22(1), 89-102. <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2021.v22n1.p89>
- SILVA, T. T. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ABSTRACT: This study aims to analyze the relationship between language, identity, and inclusion in the educational context, understanding language as a social practice that influences identity construction and the processes of inclusion and/or exclusion within the school environment. The research is qualitative in nature and bibliographic in character, based on an interdisciplinary approach grounded in authors from sociolinguistics, such as William Labov (2008) and Marcos Bagno (2007); discourse studies, Mikhail Bakhtin (2000), Michel Foucault (1996), and Norman Fairclough (2001); and critical theories of education, Paulo Freire (1996) and Pierre Bourdieu (1998), articulating different theoretical perspectives to understand the topic under study. The analysis examines how language use may both reinforce inequalities and promote recognition and belonging, since the valorization of the standard language norm may contribute to the marginalization of subjects, while inclusive pedagogical practices foster the recognition of linguistic and cultural diversity. The study is organized around three axes: language as social practice, identity construction, and inclusion processes. It concludes that language not only reflects identities but also produces them, playing a fundamental role in processes of social belonging. Furthermore, the promotion of inclusion depends on the recognition and appreciation of different forms of linguistic expression, making it essential to adopt dialogical and critical pedagogical practices aimed at valuing multiculturalism.

KEYWORDS: Language; Identity; Inclusion; Education; Discursive practices.